

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.832 - SP (2019/0300131-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DANIEL MARESTI BANA
ADVOGADO : DANIEL MARESTI BANA - SP246563
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO TEIXEIRA DE AMORIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

DIEGO TEIXEIRA AMORIM alega sofrer coação ilegal, em decorrência de decisão do Desembargador relator do HC n. 2177750-91.2019.8.26.0000, em trâmite no **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que, ao indeferir o pedido liminar, manteve a sua prisão preventiva.

Consta dos autos que o paciente – surpreendido, no dia 27/9/2019, na posse de 297 comprimidos de ecstasy, um "saquinho com MDMA" e 55 gramas de maconha (fl. 79) – teve a custódia convertida em prisão preventiva.

Neste *writ*, a defesa sustenta a **ausência dos requisitos do art. 312 do CPP** para a decretação da prisão preventiva. Aduz a ausência de fundamentação idônea para a constrição cautelar.

Pleiteia a superação da Súmula n. 691 do STF, a fim de que seja determinada a soltura do paciente.

Decido.

I. Súmula n. 691 do STF

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se

Superior Tribunal de Justiça

submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus **ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado**, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

Os danos decorrentes da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcançam, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas**

também o próprio postulante da tutela de urgência. É que, dadas as limitações estruturais e funcionais de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de julgamento pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias consequências: (a) **retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

II. Impossibilidade de mitigar a Súmula n. 691 do STJ

O decreto preventivo ofereceu os seguintes argumentos:

Processo Digital n.: 1523457-21.2019.8.26.0228

Classe - Assunto: Auto de Prisão Em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins

Autor: Justiça Pública

Indiciado DIEGO TEIXEIRA DE AMORIM

Aos 28 de setembro de 2019, às 14:49, na sala de Audiências de Custódia do Foro Plantão - 00a CJ - Capital, Comarca de SÃO PAULO, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). MARGOT CHRYSOSTOMO CORRÊA, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a Audiência de Custódia, nos autos do procedimento entre as partes em epígrafe. [...]

II. Trata-se de cópia de auto de prisão em flagrante de DIEGO TEIXEIRA DE AMORIM, indiciado pela prática do crime previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006, nas circunstâncias de tempo e lugar indicados no boletim de ocorrência n 141/2019. No âmbito da ciência do

flagrante, nos termos do disposto no art. 310 do CPP (com a nova redação da Lei 12.403/11), passo a decidir.

III. Está presente hipótese de flagrante delito, sendo que a situação fática e a conduta do indiciado encontra-se subsumida às regras previstas pelo art. 302 do Código de Processo Penal.

O auto de prisão em flagrante está material e formalmente em ordem, não se vislumbrando qualquer nulidade, irregularidade ou ilegalidade apta a justificar o relaxamento da prisão em flagrante. Além disso, foram cumpridas todas as formalidades legais e respeitadas as garantias constitucionais.

As demais providências que se seguem à prisão em flagrante foram regularmente tomadas, em especial nota de culpa e laudo de constatação provisória, que consta a fls 41/43, 45/47 e 50/54 positivo para a substância entorpecente vulgarmente conhecida como maconha, bem como a substância vulgarmente conhecida como extasy.

IV. Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos reunidos nos autos, verifica-se que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria, bem como da finalidade da traficância.

Consta que o Policial Civil Antonio José dos Santos Perez, fls 03, teria recebido informação de que Rua Guaramiranda haveria entrega de grande quantidade de drogas sintéticas, ele junto com os outros policiais Bruno e Denis diligenciaram até o local onde flagraram Diego na posse de 253 comprimidos de ecstasy, 42 pequenos papéis semelhantes a LSD (posteriormente não identificada em relação a substância entorpecente), bem como R\$ 350,00.

Preso em flagrante o indiciado acabou informando já na delegacia que possuía mais entorpecente em sua residência. Para lá se dirigiram e encontraram uma porção de substância semelhante a maconha, quatro comprimidos de ecstasy, dentre outros objetos apreendidos em auto próprio. Seguiram em diligências em outro endereço encontraram mais entorpecentes sendo que tiveram acesso autorizado pelo morador Marcos Júlio Pereira que divide a casa com Vitor Formi Stross. O flagrantado na delegacia optou por permanecer em silêncio.

IV. A Lei 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, estipulou que as medidas cautelares penais serão aplicadas com a observância da necessidade de aplicação da lei penal, necessidade para a investigação

ou instrução penal e para evitar a prática de infrações, devendo a medida em questão, ainda, ser adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do averiguado (art. 282 do CPP). A prisão preventiva será determinada quando as outras medidas cautelares alternativas à prisão não forem cabíveis, ou melhor, mostrarem-se insuficientes ou inadequadas para o caso concreto (art. 282, § 6º, do CPP). **No caso, pesem as alegações da nobre defesa, verifica-se que estão presentes os requisitos da prisão preventiva**, sendo insuficiente a fixação de medidas cautelares alternativas. Trata-se, em tese, de delito doloso cuja pena máxima supera os quatro anos e há provas da materialidade e indícios da autoria. Observo que não é possível nesta fase processual e neste caso concreto uma avaliação já em perspectiva quanto à aplicação do privilégio o que em tese reduziria a pena mínima que consta no tipo penal previsto no artigo 33 e em tese poderia autorizar um regime mais brando em favor do flagrante. Isso porque para aplicação do privilégio é preso que se tenha concluído que o flagrante não faça do tráfico de drogas uma forma de obter seu sustento ainda de que maneira concorrente com o trabalho lícito. **Veja-se que houve uma apreensão não só de entorpecente em quantidade elevada como também vários objetos indicadores da prática deste ilícito penal de forma continuada.** E o que se depreende da análise do auto de apreensão de fls 29/33. Assim sendo, somente o Juízo do conhecimento poderá fazer esta análise de maneira segura o que não é possível nesta fase inicial. Além disso, a prisão preventiva é necessária para garantia da ordem pública, para conveniência da instrução processual e para assegurar a aplicação da lei penal. Consigne-se que o tráfico de drogas é delito equiparado ao hediondo e cujo tratamento exige maior rigor. O crime de tráfico de drogas é grave e vem causando temor à população obreira, em razão de estar relacionado ao aumento da violência e criminalidade, estando, muitas vezes, ligado ao crime organizado. Além disso, é fonte de desestabilização das relações familiares e sociais, gerando, ainda, grande problema de ordem de saúde pública em razão do crescente número de dependentes químicos. Por fim, importa ressaltar que o tráfico de entorpecente embora em um primeiro momento possa ser praticado sem violência é de conhecimento

Superior Tribunal de Justiça

geral de que por trás desse crime há violência gravíssima, homicídios, formações de organizações criminosas, roubo de armas, etc.

V. Ante o exposto, considerando a gravidade em concreto dos fatos delituosos, as circunstâncias fáticas do caso, com base nos artigos 282, § 6º, e art. 310, II, do CPP, CONVERTO em PREVENTIVA a prisão em flagrante, expedindo-se o competente mandado.
[...] (fls. 39-41)

Tais elementos **afastam**, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão de **se mostrarem suficientes as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto contextualizaram, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação do réu.**

Com efeito, o Juiz de primeira instância apontou, de forma idônea, a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, **indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva**, ao salientar que, "no caso, pesem as alegações da nobre defesa, verifica-se que estão presentes os requisitos da prisão preventiva, visto que houve uma apreensão não só de entorpecente em quantidade elevada como também vários objetos indicadores da prática deste ilícito penal de forma continuada".

Tal situação coaduna-se com o entendimento desta Corte, segundo a qual a quantidade expressiva de entorpecente apreendido – a revelar especial a habitualidade da traficância – pode justificar idoneamente a prisão preventiva.

Portanto, nos limites da cognição sumaríssima que caracteriza o pedido de superação da Súmula n. 691 do STF – única hipótese a legitimar a antecipação da competência do Superior Tribunal de Justiça – não identifiquei ilegalidade manifesta que justifique a intervenção imediata e prematura desta Corte Superior de Justiça.

III. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indeiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

